
Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de *Habitat* *

Ana Serra e Moura Salvado **

Introdução: A diversidade do espaço residencial

A evolução demográfica ocorrida nas últimas décadas, na Europa em geral e, em particular, em Portugal, tem vindo a operar transformações na configuração das estruturas familiares e consequentemente no domínio das formas de habitar. As mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares¹ traduzem-se, sucintamente, num aumento generalizado do número de pessoas que vivem sozinhas (jovens ou viúvos), no acentuar do número de famílias monoparentais, no aumento de casais que vivem em união de facto e num número crescente de casais sem crianças.

Estas “mudanças” ou transformações no seio da estrutura social portuguesa, têm vindo ao longo dos anos a assumir uma importância substancial, por um lado, na consciencialização de que o modelo tradicional de família já não se apresenta como uma realidade assim tão generalizada e por outro, de que qualquer estudo que assente na procura de novas respostas para soluções habitacionais, não se pode reduzir a um único modelo residencial.

Assim, as transformações demográficas e sociais verificadas na sociedade portuguesa, podem ser lidas numa perspectiva dita compreensiva, na medida em que não existe um modelo único de família e de habitação, mas sobretudo vários, podendo-se, assim, falar numa diversidade de composições familiares² e de normas residenciais bem como numa diversidade de modos ou estilos de vida associados à vivência num habitat.

A forma de como se analisa o espaço residencial, à luz destas alterações, deverá ser feito por uma análise que contemple as relações sociais e as práticas que nele ocorrem em termos de uso e apropriação do espaço, para que se possa perceber as afinidades e os significados inerentes ao modo como o indivíduo constrói condições de existência, identidades individuais e posicionamentos sociais, partindo do pressuposto de que no centro desta análise, figura o sujeito ou o habitante nas suas dimensões mais subjectivas ou idiossincráticas.

O espaço é entendido neste estudo como um objecto predefinido para um uso determinado, no entanto é certo que esse uso também produz o espaço, podendo-se afirmar que a configuração do espaço é social. Nessa medida, os espaços domésticos podem ser estudados como lugares privilegiados dos actores, em que pela teia das suas acções podemos discernir domínios constituintes das identidades sociais e individuais e podemos ainda dar significado social a esses usos.

O espaço habitacional é também um meio comunicacional, uma linguagem falada através do uso e da apropriação do habitat. Essa linguagem é expressa através das práticas ou usos, do mobiliário e da sua disposição visual, como códigos que os “protagonistas” emitem acerca do “território” que dominam, podendo representar formas de exercício desse poder, mas também podendo ser vistos como estratégias de inserção e de pertença social.

* Artigo a partir da tese de licenciatura sob o título: *Modos de Habitar o futuro: uma prospectiva para a análise dos cenários domésticos e residenciais, ISCTE, 2004*

** Investigadora do Instituto de Estudos Sociais e Económicos

¹ “Mudanças ocorridas” e com tendência a acentuarem-se, tendo em conta as perspectivas e a realidade de alguns países nórdicos que actualmente assumem quadros demográficos, possíveis de serem atingidos pelo conjunto de países mediterrâneos, no qual Portugal se insere.

² Por outro lado, as preferências em matéria de alojamento não decorrem como outrora de ideais que configuravam a família de acordo com as estruturas familiares clássicas. Pelo contrário, encontramos hoje, uma mobilidade mais complexa durante o percurso individual de cada indivíduo, donde surgem em vários momentos da vida situações de remodelação ou recomposição familiar.

2. O que poderá significar uma casa?

Abordar a questão do espaço habitacional na vertente dos usos e das práticas, é também inserir o tema da *qualidade habitacional*, uma vez que esta última assume um papel importante no quadro de relações significantes e simbólicas. Estas relações integram os cenários domésticos, nos quais estão representados os espaços e os indivíduos que neles agem de forma processual na definição do seu habitat.

Nesse caso é pretendido equacionar os modos de habitar como um processo no qual entram em jogo dimensões várias que ao longo da vida dos indivíduos representaram formas de atribuição de sentido e de posicionamento social, ou seja, foram sendo formadores de sistemas objectivos e subjectivos de acção.

Habitar não é uma mera função residencial e como tal, todos os sentidos que pudermos inscrever nas suas várias funções dependem da compreensão que se tem desses sentidos, objectificados em contextos diversos na acção social (onde o indivíduo pode partilhar ou não registos colectivos em jogo no campo social).

Diversos autores, como Jacqueline Palmade, Korosec-Serfaty, Dovey Kimberley começaram por estudar o tema da habitação segundo uma perspectiva fenomenológica. A problemática subjacente às suas análises consistia numa abordagem interpretativa da realidade através de um olhar pluridisciplinar e de uma metodologia que lhes permitia explorar diferentes níveis de análise, em que o sujeito e o objecto habitado faziam parte de um sistema dialéctico de acção e de representação do mundo.

No âmbito da fenomenologia, o espaço era perspectivado segundo duas leituras³, o que desde logo veio contribuir para o surgimento de duas concepções de espaço habitacional: *house* e *home*. A primeira contribuiu para chamar à atenção do papel fundamental que a casa tem enquanto lugar de “ordem” e de reconhecimento na medida em que passa a ser um elemento mediador de cognição (Home), a segunda, acrescentando, que existem funções objectivas, onde se garantem necessidades comuns a todos os indivíduos (House).

Este foi talvez o momento que marcou o início da discussão, em torno deste objecto, entre uma sociologia mais sistémica e holista, cujo objecto é privilegiado com base no conhecimento dos grandes dispositivos sociais, e uma sociologia mais compreensiva e fenomenológica que apreende um objecto desta natureza através das suas declinações subjectivas, partindo do princípio de que o sujeito tem autonomia e pode ser uma fonte de conhecimento importante para a análise dos comportamentos e das práticas quotidianas em contextos domésticos e residenciais.

Para Palmade coloca-se a seguinte hipótese: habitar nos tempos de infância orienta os tempos das relações sociais, que por sua vez estruturam o sentido do espaço doméstico ao conferirem-lhe valor de habitação protectora (cosmogonia) - tendo ao longo do ciclo de vida uma importância vital para a formação de identidades espacializadas, onde cada um se reconhece. O imaginário investido na habitação é mediado através do simbólico e das determinações sociais e pessoais, aquelas que fazem parte da história dos contactos sociais, nomeadamente os de infância.

Por sua vez, Korosec-Serfaty visionou no conceito de residir duas ideias fundamentais, que assentavam numa posição dialéctica de *Interioridade vs Visibilidade*, sendo que a primeira remetia para uma noção de segredo e individualidade e a segunda para o palco das relações com os outros.

O que se revela interessante nesta bipolarização do conceito é a semelhança que tem com a distinção feita por Goffman (1959) entre *stage* e *backstage*, em que a casa também pode assumir, na forma como é vivida, *espaços visíveis* e *espaços máscara*, isto é, a casa pode ser

³ De acordo com Bollnow, em 1967, o espaço estava sujeito a duas conceptualizações. De um lado havia o espaço conceptual, caracterizado por ser abstracto, objectivamente medido, como contexto físico em que lugares, pessoas e coisas existem, e por outro, havia o espaço vivido, passível de reunir experiências. Esta última decorria daquilo a que os fenomenologistas apelidavam de “being-in-the-world” (Heidegger, 1962)

uma *apresentação* ou *representação*, em termos de performance por parte daqueles que a habitam.

K. Dovey, traça novos contornos acerca deste objecto, uma vez que a casa surge como jogo dialéctico no qual o indivíduo se posiciona face às representações em torno do que significa a casa e, por sua vez, do que lhe é exterior. Neste sentido podemos falar de oposições sociais, tais como: *outro/ego*; *público/privado*; *comunidade/identidade* e de oposições espaciais: *dentro/fora*; *ordem/caos*; *casa/exterior* e dentro destes eixos principais: *casa/cidade*; *familiar/estranho*; *seguro/perigoso*. Assim, o significado da casa emerge da dialéctica ou da interacção entre estas oposições binárias enraizadas numa concepção de casa como território.

A casa passaria a ser um objecto processual, uma unidade totalizante de regras sociais, de funções utilitárias, lugar de apropriações e práticas⁴, onde se podem inscrever dinâmicas de confluência entre pessoas, lugares e processos psicológicos. Para além disso, reflecte igualmente valores sociais e culturais tendo em conta as identidades individuais e familiares.

As mais recentes análises sobre o tema da habitação e do habitat consistem numa tentativa de olhar este objecto para além da sua dimensão filosófica de territorialidade percebida, mas sobretudo como sendo um dos grandes temas de inclusão social, na medida em que a habitação é um dos garantes da qualidade de vida e do bem-estar em geral.

Enquanto domínio privado privilegiado do actor social, o espaço doméstico assume um papel de expressão individual perante as esferas públicas, representando uma afirmação e legitimação das suas estratégias individuais.

A casa enquanto edifício fronteiro entre domínios públicos e privados, pode desvendar diferentes estratégias perante esta realidade, na qual o indivíduo exerce e gere diferentes graus de abertura e de permeabilidade entre ambos os lados da sua vivência. (Freitas, 2002:276).

3. Um modelo analítico para o Habitat

A casa enquanto território de uso e de apropriação pode ser enquadrada pela teoria dos cenários domésticos elaborada por Freitas, como sendo territórios onde são expressas “linguagens”, que se manifestam através de conjuntos de sinais e códigos onde circulam mensagens várias relativas ao interior dos espaços domésticos e à vida privada do indivíduo.

Estes códigos não são apenas válidos para uma leitura reservada aos espaços domésticos, centrada exclusivamente no domínio privado, mas podem, também, ser analisados nas imediações da própria casa. Isto significa que a forma como os indivíduos se apropriam do espaço residencial em termos de práticas e usos também pode ser compreendida na óptica das linguagens accionadas e balizadas por um sistema de códigos que poderá ter reconhecimento (ou não) na esfera pública.

Esta noção de uso e práticas apresenta-se como um conjunto de referências que nos podem permitir deduzir diferentes linguagens, caracterizadoras de modelos de habitar estruturados tipologicamente, com base nas especificidades distintivas da sua organização interna. Cada tipologia aufere um sistema comunicacional, no qual estão inscritos sistemas de posicionamento social relativos aos actores em construção e afirmação das suas identidades sociais.

O vector estrutural e transversal ao conjunto de modelos ou linguagens que foi teorizado por Freitas, é a expressão territorial na relação simbólica de forças de domínio relativo que os protagonistas estabelecem entre as esferas privadas e públicas.

Esta relação pode ser compreendida através de vários canais de comunicação, tais como a construção de ideais residenciais, manifestação de preferências, exercícios de uso e vivência quotidiana.

⁴ Esta síntese dimensional foi definida por Carol Werner, Irving Altman, como sendo um processo transaccional através do qual se podem analisar todas as níveis subjacentes á vida doméstica. Este processo ganha importância através da sua leitura de forma temporal, isto é, continuada e constantemente reconstruída.

Com base nestes pressupostos, Freitas construiu dois eixos paradigmáticos, estruturados com base em duas linguagens distintas: a linguagem *social* e a linguagem *individual*, que por sua vez podem ser "faladas" em vários "idiomas".

Até aqui, uma boa parte dos estudos sociológicos produzidos sobre a identificação de modelos de habitar partem normalmente da indexação destes modelos a grupos sociologicamente pré-definidos.⁵ Neste sentido, ficava-se a conhecer os modelos mais característicos de determinados grupos sociais, mas ficava, no entanto, por se saber quais os processos de formação e de desenvolvimento destes modelos em função dos diferentes processos de mobilidade social dos indivíduos, independentemente das diferentes pertenças a grupos socio-económicos ou mesmo culturais.

Com base nesta limitação, o modelo aplicado pretende operacionalizar e relacionar dimensões e conceitos sem que estejam à partida configurados por uma sociologia de tipo determinista. O conjunto de elementos analíticos que se pretende ensaiar tem como princípio a autonomia explicativa do sujeito na definição e construção dos modos de habitar.

A análise das 12 entrevistas seguiu, em **primeiro lugar**, um interesse em colocar o sujeito perante vivências residenciais passadas e aspirações futuras. Esta tarefa foi garantida através da dimensão "**Percursos Residenciais**". A partir desta, colocou-se a **questão de que a relação presente entre a casa e o indivíduo é sustentada e determinada pelo percurso residencial do sujeito**.

A dinâmica inscrita no ciclo de vida dos actores foi analisada segundo os seguintes passos:

- 1º rupturas que possibilitaram mudanças residenciais;
- 2º necessidades que se impuseram e constrangimentos que tiveram influências, quer para efeitos de permanência, quer para efeitos de mudança residencial.

Mediante este vector transversal à vida do sujeito, poderíamos perceber como se foi formando uma *consciência do que é habitar* e que significados foram sendo construídos sobre a casa e sobre o meio residencial que a envolve.

Por outro lado, também foi possível estabelecer relações entre um nível mais estrutural, isto é, através do ciclo de vida, onde se inscrevem os diferentes estágios da vida de cada um e os elementos que caracterizam as diferentes fases dos percursos. Para esta análise, partiu-se com o conhecimento de que uma grande parte da população portuguesa, nomeadamente os jovens em idade adulta, não apresenta as mesmas características de estrutura familiar, ou seja, estas não ocorrem segundo uma linearidade formal e evolutiva, como acontecia nas estruturas familiares tradicionais. Pode-se encontrar ao longo dos percursos individuais contextos familiares que se recompõem ou que voltam a assumir agregados familiares de uma só pessoa. O fenómeno da monoparentalidade e do casamento tardio são exemplos estatisticamente comprovados que vêm obrigar a repensar todo um conjunto de situações possíveis ao longo dos percursos residenciais.

Podemos, assim, acrescentar à questão formulada uma segunda questão: se os percursos residenciais são determinantes para formular realidades ou cenários presentes a nível dos modos de habitar, **haverá também diferenças ao nível dos percursos, na medida em que se prevêem ritmos e construções distintas no quadro do ciclo de vida dos sujeitos?**

Partindo do pressuposto que as mudanças inerentes ao ciclo de vida dos indivíduos implicam processos de mudança também a nível residencial, surge uma terceira questão de análise: **para além dos ritmos diferentes que estão na base da construção dos percursos residenciais, existem necessidades e motivações que se manifestam nas dinâmicas residenciais, enquanto escolhas ou motivações perante a construção desses mesmos percursos?**

⁵ Há autores que apresentam nas suas análises como ponto de partida, grupos socialmente definidos, partindo do pressuposto que aquilo que os distingue vai-se reflectir nos modos de uso e de apropriação da casa. Estes estudos empíricos foram sobretudo realizados segundo conceitos clássicos da sociologia, tal como, classe social, género ou idade.

O conjunto destas três questões tinha como objectivo último entender o fenómeno da habitação, não apenas sujeito a condicionalismos económicos actuais, mas sobretudo mediante um conjunto de dispositivos conceptuais que alegam a pertinência das experiências e processos individuais na construção de motivações e necessidades face à habitação.

A **segunda dimensão** de análise dirigia-se para a compreensão de **necessidades ao nível doméstico**. A este nível, interessava-nos sobretudo perceber como se traduzem as práticas e as representações do espaço doméstico em necessidades, que podem ser entendidas, desde o seu nível mais básico ou instrumental, até a um nível supra subjectivo ou estético.

A relação que o indivíduo estabelece com o espaço e a forma como este é apropriado, bem como as actividades desenvolvidas em cada compartimento da casa, são factores e indicadores portadores de significados, de informação e compreensão dos modos de habitar, quer actuais, quer ideais.

As necessidades domésticas ou residenciais não estão apenas relacionadas com questões de uso, a somar a estas, existem outros pólos de interesse e de motivações que os indivíduos conferem ao *objecto* - *Casa* e à actividade *habitar*. Baptista Coelho confere a estas necessidades um papel muito importante, na medida em que estas nos permitem reconhecer a dimensão mais subjectiva e valorativa ao nível da relação entre o indivíduo e a casa.

O **terceiro nível** de análise remete-nos para um modelo⁶ que tem sido utilizado para a avaliação da satisfação residencial, onde aparecem como pressupostos, questões inovadoras no que concerne o tema do habitat.

O modelo utilizado baseia-se na problemática de que os diferentes níveis físicos que compõem a unidade residencial devem ser pensados de forma articulada e integrada, para que se possa pensar numa óptica de qualidade habitacional.

Torna-se necessário verificar se os indivíduos têm a percepção de que os diferentes níveis físicos, reunidos em torno de 6 níveis - *compartimentos*, *alojamento*, *edifício*, *vizinhaça próxima*, *vizinhaça alargada*, *envolvente residencial* - têm influências recíprocas entre eles. Por outro lado, procurava-se evidenciar se os indivíduos possuíam representações e níveis de apropriação alargados face à acção que nestes podem desenvolver, ou, se pelo contrário, ocorrem níveis de apropriação reduzida.

Neste jogo de interacções, é igualmente importante perceber de que forma é sentida e praticada a vida privada e a vida pública, enquanto formas sociais de representação do eu e do outro. Ou ainda, enquanto acção de posicionamento social perante um contexto residencial, que pode funcionar como contexto de inclusão ou de exclusão.

Por outro lado, permite ainda entender ou aferir noções subjectivas relacionadas com a segurança no quadro das relações espaciais, bem como aferir modos de organização familiar em torno de noções de privacidade e de interioridade.

Em suma, interessava “sentir” a expressão dos sujeitos em âmbitos territoriais que vão para além do território residencial privado, no qual se inscrevem as relações inter-pessoais.

4. Conclusões da aplicação do modelo dos cenários domésticos a contextos residenciais alargados

Foram analisados os casos residenciais de 12 pessoas e uma das primeiras conclusões a que chegámos é que existe uma tendência comum transversal ao conjunto dos 12 casos entrevistados e, assim, aos diferentes modelos de habitar, para que estes desenvolvam um percurso residencial que se caracteriza por: *numa primeira fase* do ciclo da vida mudarem de residência a *reboque* de terceiros, ou ainda dependentes de escolhas de

⁶ Modelo específico para equacionar a qualidade habitacional, ao nível da compreensão da relação entre o alojamento e o seu contexto residencial. Este modelo revela-se operativo no interior deste estudo, uma vez que é importante interpretar as noções e representações que os indivíduos utilizam quando falam do seu espaço residencial, enquanto espaço inscrito em várias esferas organizadas e intercruzadas. Estes cruzamentos conduzem a que a *esfera mínima de acção* (ao nível dos compartimentos da casa) consiga ter influência na *esfera maior* (Envolvente residencial) e vice-versa. (Baptista, Coelho, 1993)

terceiros. Numa *segunda fase*, as mudanças residenciais dão-se a *reboque* de alterações na estrutura familiar. Esta fase caracteriza-se por motivações que implicam casamento, natalidade e divórcio. Associada a esta alteração ou recomposição familiar, estão também associadas condições de autonomia financeira que facilitam essas mesmas escolhas. Quer isto dizer que, por si só, o passar de um estado dependente para um estado autónomo não obedece apenas a lógicas centradas na alteração da estrutura familiar.

Numa última e *terceira fase* assiste-se, na maioria dos casos, a uma autonomização de motivações centradas em escolhas individuais, caracterizadas pela procura de mobilidade na qualidade do alojamento e do habitat.

Estas motivações centram-se em aspectos, directamente, relacionados com o espaço doméstico e com a envolvência residencial. A necessidade de habitar perto do local de emprego, ou dos estabelecimentos escolares dos filhos, adquire um papel de referência para alguns casos deste estudo. Um dos indicadores de satisfação residencial é precisamente a proximidade do local de residência ao local de emprego, para além disso, o tempo de deslocação diário é tido como um forte indicador de qualidade de vida.

Outras razões que se podem enquadrar nesta fase dos percursos referem-se a motivações relacionadas com a procura de mobilidade na qualidade da casa ou do alojamento. Alguns casos deste estudo atribuem uma enorme relevância a aspectos, como por exemplo, a relação próxima que pretendem estabelecer entre o *eu*, e o *espaço doméstico* e *espaço envolvente*, tendo para isso que assegurar níveis satisfatórios de espaços individuais para cada elemento da família, ou outras necessidades do foro ainda mais subjectivo, como apelos funcionais e estéticos face ao alojamento e aos materiais.

Ao longo destas três fases os habitantes/usuários vão construindo posições relativas face ao percurso que vão desenvolvendo. Nessa medida, esta primeira conclusão vai no sentido de reconhecer que a dimensão temporal é, incontornavelmente, um factor muito importante para o estudo dos modos de habitar, uma vez que, ao longo destes processos dinâmicos de mudança, o contexto residencial não deverá ser apenas estudado com base em descrições presentes.

A noção de “vivido”, enquanto conjunto incorporado de experiências e práticas residenciais passadas, revela-se de extrema relevância para a análise de situações vividas no presente.

Esta questão poderá ser acompanhada de um outro olhar, nomeadamente ao nível das questões das necessidades em torno do espaço doméstico. Uma vez concretizadas as aspirações básicas relativas às necessidades individuais em espaços domésticos, é provável que haja “lugar” para novas aspirações, sendo que estas comportam um novo estatuto. Para lhes dar resposta, o indivíduo está perante um estatuto mais autónomo em que efectivamente pode accionar um conjunto de necessidades que se afiguram essenciais, uma vez que todas as outras já estão asseguradas. Falamos essencialmente de necessidades do *self* (cognitivas e estéticas), intimamente relacionadas com as características do espaço doméstico.

O que está em causa, é a própria representação que o indivíduo faz do espaço doméstico, segundo uma perspectiva temporal. Durante um longo período da vida dos indivíduos, a casa não é mais senão um acompanhamento da sua própria evolução estrutural. A partir de certa altura, a casa passa a ser um elemento menos abstracto e é preponderante para a concretização de outro tipo de aspirações, nomeadamente, com o bem-estar e com a qualidade de vida.

Recorrendo aos conteúdos formulados através dos modelos habitacionais que Freitas construiu e que foram importados para a análise deste trabalho, ficámos a saber que, ao nível dos casos caracterizados pela linguagem individual, esta confere aos casos analisados características complementares. Os indivíduos manifestam, em termos de cenários domésticos, uma preocupação na afirmação das suas individualidades, assumindo estatutos criativos baseados em novas regras de gestão e legitimação do *eu*.

Será ao nível das dinâmicas e das aspirações, baseadas na aquisição de valores mais individuais, que os percursos assumem nuances diferenciadas face ao grupo dos casos inscritos na Linguagem Social.

As necessidades sentidas são um prolongamento do quotidiano, no qual a casa assume uma posição de *continuum*, deixando por isso de ser considerada como um elemento dissonante no conjunto dos outros espaços quotidianos. As necessidades inscritas na casa, podem igualmente ser entendidas numa óptica relacional com outras exigências da vida social.

Ao nível dos grupos ou casos que se inscrevem na Linguagem Social ou Eixo Convexo, constata-se que as necessidades referidas são de natureza mais elementar e tendem a ser, ao mesmo tempo, mais estáveis. Os indivíduos adquirem referenciais de qualidade habitacional de forma menos alterável, o que pode indicar uma maior “acomodação” face a novas necessidades que se vão impondo ao longo dos percursos residenciais. Aliás, será também de lembrar que são estes os que apresentam tempos mais prolongados na gestão de autonomia dos seus percursos residenciais.

Por outro lado, o tipo de necessidades domésticas invocadas por este último grupo decorre de preocupações subjacentes a normas ou modelos sociais incorporados de forma pouco reflexiva, o que pode também indiciar pouca autonomia face às imagens construídas do espaço doméstico.

Os indivíduos que accionam um tipo de Linguagem Social têm necessidades menos complexas, ou seja, concentram-nas ao nível das necessidades primárias e secundárias. Por outro lado, preocupam-se em valorizar constantemente critérios clássicos de ocupação nos quais a casa deve estar organizada em função das actividades associadas a cada compartimento. Finalmente, o espaço doméstico deve obedecer a uma separação baseada em critérios que definem a relação *público vs privado*.

A casa é, para o modelo da Linguagem Social, um lugar, por excelência, no qual o sujeito reproduz categorias funcionais e espaciais homólogas ao espaço exterior, de forma a assegurar linguagens e práticas facilmente identificáveis, quer pelas pessoas que nela habitam, quer eventualmente pelos outros que, através desta, poderão reconhecer esses mesmos códigos organizativos do espaço doméstico.

Para a maioria dos indivíduos, sobretudo no caso daqueles que desempenham uma actividade profissional, a casa é um lugar quotidiano de “retorno”, isto é, os indivíduos passam a maior parte do tempo diário fora dos limites residenciais, estando quase sempre confinados aos tempos de trabalho e outras formas de vida social. A gestão de tempos pessoais diários condiciona, de forma rigorosa, a vivência e os tempos dedicados às possíveis actividades domésticas.

Uma outra conclusão do estudo permite dizer que o grau de apropriação da casa não tem uma relação directa com o grau de satisfação face ao alojamento. Mesmo que o indivíduo passe pouco tempo em casa, ele pode sentir um elevado nível de satisfação por aquilo que ela representa e oferece. Por outro lado, a representação que se tem do espaço doméstico também é influenciada pela representação que o indivíduo tem do habitat em geral.

Estes casos tendem a abordar o espaço residencial de uma forma mais alargada, isto é, assumem espectros de acção mais latos, concluindo-se, assim, a existência de um compromisso, que tem princípio no espaço doméstico, mas que se alarga pelos sucessivos níveis físicos, edifício, vizinhança (próxima e alargada) e envolvente residencial.

Para estes indivíduos, a satisfação residencial não está apenas concentrada nas qualidades intrínsecas do espaço doméstico. Para além destas, são focados outros aspectos que se encontram dispersos pelos outros níveis físicos, nomeadamente a vizinhança e a qualidade oferecida pela quantidade de equipamentos disponível na área de residência.

Para os indivíduos que praticam a Linguagem Social, a casa é manifestamente o núcleo preferencial das suas vidas, pois é nela que começa o sentimento de bem-estar, e onde se estabelecem parâmetros cognitivos de aceitação ou de negação. O que está *lá fora*

é, obviamente, objecto de percepção, mas acaba por não ter uma influência determinante ou complementar na dinâmica de satisfação residencial.

Já no caso dos indivíduos que partilham a linguagem individual, ainda que os níveis de apropriação sejam os mesmos, existem elementos dos diferentes níveis físicos que assumem uma importância substantiva na realização dos níveis de satisfação. O facto de estes elementos serem referidos demonstra um reconhecimento, enquanto residente, de um determinado espaço residencial, composto por vários espaços de interacção e de consumos.

Deste modo, a casa concretiza-se como uma unidade total se a relação activada entre sujeito e sistema possa ser, de facto, uma realidade. O ambiente relacional e o seu modo de estruturação parecem, então, fundamentais, como forma de continuidade ou de não oposição entre a casa, o bairro e a cidade. Não se trata unicamente de sociabilidades, mas de relações estabelecidas entre a capacidade relacional dos indivíduos e a estruturação das suas relações num meio residencial.

Um dos principais desafios da abordagem territorial é evidenciar de forma, cada vez mais directa, o papel determinante que o sujeito, enquanto actor social, pode assumir na gestão dos espaços nos quais está envolvido, não apenas como mero usuário ou consumidor, mas também como elemento activo na construção social e simbólica do espaço.

O espaço residencial doméstico foi, ao longo deste trabalho, um objecto de análise no qual se pôde ensaiar um conjunto de problemáticas subjacentes à relação que o indivíduo estabelece com a casa, em particular, e com o espaço residencial, em geral.

A consolidação do conceito de habitat foi, assim, uma peça fundamental para conseguir traçar algumas das questões levantadas na primeira parte deste trabalho, tais como a importância da emergência de novos modelos habitacionais como sinal de resposta e acompanhamento das transformações demográficas com visibilidade no quadro das estruturas familiares e modelos diversos de agregados familiares.

Os modos de habitar o futuro consubstanciam-se, nesta medida, numa postura inicialmente metodológica, ou seja, para se pensar as condições futuras da qualidade habitacional é fundamental perceber que estas passam pelo conhecimento prévio das expectativas e necessidades dos habitantes.

Uma outra conclusão a retirar prende-se com as dicotomias associadas ao espaço doméstico, tais como a noção de público e privado. A casa assume um novo papel no jogo das relações dos sujeitos com os outros espaços. Tem um novo posicionamento face a determinadas dicotomias tradicionais, utilizadas largamente pelos teóricos que apresentei. É possível afirmar que existem novas tendências para estruturar essas dicotomias ou pelos menos torná-las menos operatórias, uma vez que os conceitos definidores não se podem aplicar com tanta eficácia.

A casa pode deixar de ser entendida como um centro exclusivamente privado, subentendendo-se que os contactos sociais que nela se dão implicam espaços sociais definidos. Ora esta correlação entre espaços específicos no interior da casa, deve ser cada vez menos entendida como regularidade nas formas de habitat. A casa como unidade é um espaço privado na sua simbologia e é um espaço social amplamente partilhado. As tradicionais dicotomias que implicavam uma visão de *stage* e *back stage*, começam a perder sentido explicativo, pelo menos no que diz respeito à forma como os indivíduos dispõem e disponibilizam o alojamento.

As necessidades ao nível dos espaços domésticos são cada vez mais alargadas, sendo que não é apenas a casa que importa para a obtenção de níveis de satisfação positivos. Por vezes, existe mesmo a preferência por determinados ambientes residenciais, colocando num lugar mais secundário as preferências sobre determinado alojamento.

Os modos de habitar o futuro reenviam-nos por um lado para a afirmação e autonomia do sujeito no que concerne às práticas e escolhas residências, por outro lado uma compreensão do meio residencial como um espaço articulado e não como um somatório de partes.

É necessário perceber também que não são somente as questões do uso e das necessidades, que devem ser asseguradas para potenciar os níveis de qualidade habitacional. O reconhecimento de determinado espaço residencial passa primeiramente pela representação que o indivíduo tem desse espaço, mediado pelas experiências passadas e pelas projecções futuras.

Bibliografia

- ALTMAN, I., WERNER, C.M. (Edits), 1985, Home Environments, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºEd.
- AMPHOUX P., 1987, “Configurations domestiques et reconquête de soi. Pour une prospective connotative de l’habitat » in HAUMONT, N., SEGAUD, M., Familles, Modes de Vie et Habitat, Paris, L’Harmattan, pp.178-192
- ARIÉS, P., DUBY, G., (dir.), 1991, História da Vida Privada - da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias, Porto, Edições Afrontamento
- ASCHER, F., (Coord.), 1995, Le Logement en questions, Paris, Éditions de l’Aube, col, Monde en Cours, 1º ed.
- BACHELARD, G., 1958, La Poétique de l’espace, Paris, PUF, 12ª ed.
- BAPTISTA COELHO, A., 1998, “Apropriação e satisfação residencial” in Sociedade e Território nº 25-26, Lisboa, Afrontamento
- BASSAND, M., PERRINJAQUET, R., AMPHOUX, P., 1989, « Exploration Prospective de l’habiter » in Espaces et Sociétés nº 52-53, L’Harmattan, Paris, pp. 32-49
- BERNARD, Y., 1992, La France au Logis, Liège
- BONVALET, C., GOFFMAN, A., (Eds), 1993, Le Logement une affaire de famille, Paris, L’Harmattan
- BONVALET, C., MERLIN, P., 1988, « L’évolution des structures familiales : quelles conséquences pour l’habitat ? » in Espaces et Sociétés nº 51, L’Harmattan, Paris, pp 183-198
- BUTTNER, A., 1980, « Home, Reach, and the sense of place » in BUTTNER, A., E SEAMON, D., The Human Experience of Space and Place, London, Croom Helm Publ, 1º ed., pp 166-187
- CABRITA REIS, A., M., 1988, “O meio e a qualidade do habitat residencial” in Psicologia nº 6
- CABRITA, REIS ^a, 1995, O homem e a casa-definição individual e social da qualidade da habitação, Lisboa, LNEC, Col. Edifícios/2
- CABRITA, A, R., COELHO, A, B., A Futura habitação apoiada, Lisboa, LNEC
- CSIKSZENTMIHALYI, M., ROCHBERG-HALTON, E., (1981), The Meaning of Things: domestic symbols and the self, Cambridge University Press, N.Y.
- DOVEY, K., « Home and Homelessness » in ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), 1985, Home Environments, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºed.pp 33-59
- DUNCAN, J., S., “The House as symbol of social structure: notes on the language of objects among collectivistic groups” in ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), 1985, Home Environments, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºed., pp 133-149
- ELEB, M., DEBARRE, A., 1995, L’invention de l’habitation moderne: Paris 1880-1914, CEE, AAM/Hazan Editions, 1º ed.
- FREITAS, M., F., 2001, Habitação e cidadania: no trilho da complexidade de territórios e processos relacionais generativos, Lisboa, ISCTE
- GIULIANI, M., V., “Naming the Rooms: Implications of a Change in the Home Model” in Environment and Behaviour, March, 1987
- GIULLIANI, M., V., RULLO, G., BACARO, C., 1987, “Structures familiales et modèles territoriaux » in HAUMONT, N., SEGAUD (Dir), M., Familles, Modes de Vie et Habitat, Paris, L’Harmattan, pp. 262-273
- GOFFMAN, E., 1956, A apresentação do eu na vida de todos os dias, Lisboa, Relógio d’água
- GUERRA, I., 2000, “Transformações dos modos de vida e suas implicações no habitat” in

- KOROSEC-SERFATY, P., « Experience and use of the dwelling » in ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), 1985, *Home Environments*, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºed., pp 65-80
- KOROSEC-SERFATY, P., JECKER V., FARENDLA, B., 1987, “Mode de vie, dynamique familiale et construction de l’identité : les familles monoparentales en France » in HAUMONT, N., SEGAUD (Dir), M., *Familles, Modes de Vie et Habitat*, Paris, L’Harmattan, pp. 245-261
- KRON, J., 1983, *Home-Psych : The Social Psychology of Home decoration*, NY, Clarkson North Potter
- LAWRENCE, R. J., 1987, “What Makes a House a Home” in *Environment and Behaviour*, vol. 19, nº2, Março 1987
- LAWRENCE, R. J., “ A more humane history of homes: research method and application” in ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), 1985, *Home Environments*, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºed.pp 113-131
- LAWRENCE, R., J., 1987, *Housing, Dwellings and Homes- Design theory, research and practice*, Great Britain, Ed. John Wiley & Sons, 1º ed.
- LAWRENCE, R., J., 1987, “Habitat et Habitants à Genève : une perspective historique du logement populaire » in HAUMONT, N., SEGAUD (Dir), M., *Familles, Modes de Vie et Habitat*, Paris, L’Harmattan
- LÉGER, M., 1990, *Derniers domiciles connus*, Paris, Creaphis
- MOSER, G., RATIU, E., FLEURY-BAHI, G., “Appropriation and Interpersonal Relationships : from dwelling to city through the neighbourhood” in *Environment and Behaviour*, January, 2002
- PAIS, J., M.,
- PALMADE, J., 1981, "*le Système de l’habiter*", doc.CSTB
- PALMADE, J., 1983, “Modes d’habiter et Structuration symbolique de l’espace” in Actes du colloque de Dourdan, *Les Modes de Vie*, Plan Construction, Paris, Ed. CNRS
- PEDRO, J. B., 2000 - *Definição e avaliação da qualidade arquitectónica habitacional*, LNEC, Lisboa
- PELLEGRINO, P., 1993, « Introduction : Styles de vie et modes d’habiter » in *Espaces et Sociétés* nº 73, L’Harmattan, Paris, pp 9-12
- REMY, J., 1995, “As modas, as posições intermédias e as espacializações do social” in *Sociedade e Território*, nº 21, Lisboa, Afrontamento
- ROUX, S., 1976, *La maison dans l’histoire*, Paris, Ed. Albin Michel
- SAEGERT, S., 1985, « The role of housing in the experience of dwelling » in ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), 1985, *Home Environments*, NY, Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, vol.8, 1ºed.pp 287-307
- SOMERVILLE, P., 1993, *The social construction of Home*, S/R
- STOKOLS, D., 1982, “Environmental psychology: a coming of age” in A. Graut (ed.), *The G. Stanley Hall Lecture Series*, vol. 2, pp 155-205, American Psychological Association, Washington, DC
- TOGNOLI, J., 19???, *Residential Environments*, S/R
- WEGGEMANS, T., 1987, “Nouveaux styles de vie et nouvelles formes d’habitat” in HAUMONT, N., SEGAUD M. (Dir), *Familles, Modes de Vie et Habitat*, Paris, L’Harmattan, pp. 211-225